

Projeto de aumento do ICMS é criticado por empresários e cria desconforto em aliados

Leite envia proposta de alta do ICMS

Projeto protocolado na Assembleia gera desconforto entre aliados, repúdio na oposição e rejeição entre empresários

PAULO EGÍDIO
paulo.egidio@zerohora.com.br

Anunciada a deputados aliados na noite de terça-feira, a proposta de aumento da alíquota-padrão do ICMS no Rio Grande do Sul – de 17% para 19,5% a partir de 2024 – foi confirmada ontem pelo governador Eduardo Leite.

A proposta causou desconforto entre políticos aliados, repúdio da oposição e rejeição de entidades empresariais (leia mais ao lado).

A iniciativa foi protocolada na Assembleia Legislativa no fim da tarde de ontem, data-limite para que possa ser apreciada pelos deputados estaduais antes do recesso de final de ano.

A aprovação depende do apoio de maioria simples entre os 55 parlamentares. Para vigorar em 2024, o aumento precisa passar pela Assembleia e ser sancionado por Leite até 31 de dezembro. Ainda assim, só poderá entrar em vigor em março do ano que vem, 90 dias após a publicação da nova lei. Em entrevista, Leite buscou demarcar diferença entre a proposição atual e as majorações de alíquotas implementadas em anos anteriores.

– O governo fez movimentos no passado de aumentos de alíquotas de forma isolada em relação a outros Estados. No presente, a situação é bastante distinta. Os movimentos em relação ao ICMS se dão em um movimento nacional.

Perdas

O governador frisou que o movimento é necessário para que o RS não sofra perdas com a reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional. Ele disse que a redução do ICMS aprovada em 2022 pelo Parlamento derribou as alíquotas de combustíveis, energia e comunicação de forma “artificial, unilateral e forçada”, e que o governo federal compensou os Estados só pelas perdas de 2022.

– Outros Estados estão aumentando...

Calendário previsto

- **Ontem** – Protocolo na Assembleia em regime de urgência.
- **Hoje** – Publicação no Diário Oficial da Assembleia, começa a correr prazo para apresentação de emendas.
- **17/12** – Vence o prazo de 30 dias do regime de urgência, e projeto passa a trancar a pauta da sessão.
- **19/12** – Primeira sessão plenária com o projeto trancando pauta.
- **21/12** – Dia da última sessão plenária do ano, depois disso, só pode ser votado em convocação extraordinária.
- **31/12** – Última data possível para que aumento seja sancionado e tenha validade em 2024.



Governador alega que medida busca recompor a arrecadação

tando alíquotas, e o RS está com carga tributária menor do que a média histórica e precisa recompor as receitas para fazer frente às despesas – afirmou.

O critério para a distribuição do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), previsto na reforma tributária, será, no caso dos Estados, a arrecadação do ICMS apurada entre 2024 e 2028. Como os outros Estados já aumentaram ou vão elevar a alíquota do ICMS a partir do próximo ano, o RS teria arrecadação menor nas próximas décadas caso mantivesse a cobrança em 17%.

– Os gaúchos vão pagar a mesma alíquota do que todos os brasileiros, mas o Estado vai receber menos recursos – explicou Leite.

Nos bastidores, Leite articula movimento com outros governadores para que todos os Estados elevem as alíquotas para o mesmo patamar. Das 10 unidades da federação que ainda não majoraram o ICMS, nove são das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Se o projeto for aprovado nos termos encaminhados pelo Piratini, haverá alta de receita nos cofres do RS de R\$ 2,55 bilhões em 2024, R\$ 3,59 bilhões em 2025 e R\$ 4,36 bilhões em 2026. Do total, 25% fica com os municípios.

Colaboraram Gabriel Jacobsen e Rafael Vigna

A evolução

Ao longo dos últimos anos, o RS teve elevações temporárias no ICMS para cobrir o rombo fiscal

ALÍQUOTA-PADRÃO (GERAL)

2002 a 2015	17%
2016 a 2020	18%
2021	17,5%
2022 a 2023	17%
2024 (proposta)	19,5%

ALÍQUOTA DE COMBUSTÍVEIS, ENERGIA E TELES

2002 a 2004	25%
2005	30%
2006	29%
2007 a 2015	25%
2016 a 2021	30%
2022 (até junho)	25%
2022 (a partir de julho) até 2023*	17%
2024 (proposta)**	19,5%

* Em 2022, imposto foi reduzido por decisão do Congresso Nacional.

** Havia gerencial não sujeitos para combustíveis, que são tributados com alíquota única em todo o país desde junho de 2023.

Fonte: governo do RS

Incômodo, surpresa e crítica de “estelionato”

Maior bancada aliada do governador na Assembleia, com sete deputados, o PP recebeu a proposta com reservas. O líder do PP no Legislativo, deputado Guilherme Pisin, classificou como muito difícil a possibilidade de aumento do imposto. Já o líder do PDT na Assembleia, Eduardo Loureiro, acrescentou que a medida foi recebida com surpresa.

– É um projeto difícil, complicado, não é o que a gente defende.

A proposta ecoou mal inclusive entre deputados do mesmo partido de Leite, o PSDB.

– Aumentar imposto sempre é muito difícil. (...) Mas se a fundamentação tem a ver com a reforma tributária, é esta a discussão maior que queremos fazer agora – disse Valdir Bonatto, líder da bancada do PSDB.

Já o líder da bancada do MDB, Edilson Brum, evitou tecer críticas ao plano de aumento de imposto e afirmou que o governo apresentou argumentos.

– O governo está tentando recompor (a arrecadação). O governo mostrou também que vários Estados estão tentando recompor a arrecadação. Os argumentos do governo são sólidos, e vamos agora decidir juntos uma posição da bancada.

Mais recente aliado de Leite, o Republicanos aguardava o projeto chegar à Assembleia para discutir o tema, segundo o deputado Delegado Zucco, líder da bancada do partido. Porém, o deputado Gustavo Victorino (Republicanos), com postura autodeclarada independente, anuncia voto contrário à proposta.

Avaliações

Vice-líder do União Brasil, Thiago Duarte disse que a bancada deve fechar posição a respeito do tema nos próximos dias. O deputado ponderou que a queda na arrecadação prejudica a caixa de prefeituras e que, caso a proposta não avance, o Estado pode perder recursos com a reforma tributária nacional.

Entre os dois grandes partidos de oposição, o Palácio Piratini não deve encontrar margem de manobra. Luiz Fernando Mainardi, líder do PT, maior bancada da Assembleia com 11 deputados, disse que a proposta do governador é um “estelionato eleitoral”, já que Leite prometeu na campanha não elevar tributos. Líder da bancada do PL, Rodrigo Lorenzoni defende o fechamento de questão contra a proposta do Piratini.

REAÇÕES DE ENTIDADES

“Já temos questões logísticas onerosas a superar, junto com o piso regional aprovado esta semana, e agora um aumento da carga tributária, realmente estaremos agravando a desvantagem que temos para a retenção e atração de empresas.”

ARILDO BENECCI OLIVEIRA

Presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado (Fiegsul), em nota, ao projetar impacto sobre o poder de compra dos consumidores gaúchos, redução do consumo e, consequentemente, diminuição da produção industrial

“Com ou sem ambiente político, aumentar impostos para mais de 200 milhões de brasileiros e 11 milhões de gaúchos é algo que não faz o menor sentido e não vamos aceitar.”

ANTÔNIO DA LUZ

Economista-chefe da Federação da Agricultura do Estado (Fenasul), que aponta o movimento de vários governadores elevando a alíquota-padrão do ICMS com intuito de garantir maior participação no bolo tributário a ser calculado entre Estados e municípios a partir da reforma em tramitação no Congresso Nacional

“A conta de tais medidas não pode ser repassada à sociedade gaúcha, a despeito de qualquer justificativa.”

JOEL DADDA

Presidente em exercício da Fecomércio-RS, em nota, ao destacar que a entidade é “frontalmente contrária a qualquer aumento de tributos (...), a sociedade já suporta uma carga tributária excessiva e nós, como representantes do comércio de bens, serviços e turismo do RS, atuaremos para evitar que esse aumento (de ICMS) seja aprovado”

“Não podemos aumentar impostos para todas as famílias gaúchas por um erro no texto (da reforma tributária em tramitação no Congresso). Precisamos corrigir o texto. (...) Temos convicção que uma alíquota menor (de ICMS), como num passado recente, promove mais geração de riquezas, investimentos e maior arrecadação.”

RODRIGO SOUSA COSTA

Presidente da Federsul, ao destacar em nota posição contrária ao aumento de impostos

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Aumento